A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA POLÍTICA A SERVIÇO DA CONSOLIDAÇÃO DA IDEOLOGIA DO CAPITAL.

Laura Fabiana da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Email: laura.silva@barreiros.ifpe.edu.br

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a educação profissional brasileira, considerando a expansão desta política no contexto do neodesenvolvimentismo. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, em diálogo com a teoria social crítica e com as concepções de Marx, Engels e Gramsci sobre a ideologia. Para analisar o papel da educação, suas contradições quando localizada no âmbito da sociedade do capital e como este processo se dá na educação profissional brasileira, ancorou-se nas concepções de Mészáros, Frigotto e Maceno sobre a educação e buscou-se construir um rápido resgate sobre a trajetória da educação profissional no Brasil, donde se conclui que tal política se consolida como um forte instrumento a serviço da reprodução do sistema capitalista, com a missão de manter e reproduzir a hegemonia burguesa.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos recebemos informações que nos levam a pensar que estamos diante da construção de uma realidade menos desigual para os brasileiros. Estas afirmações têm como forte aliada a ampliação da oferta de educação formal, que traz a esperança de que vivemos na nação das oportunidades e, enfim, nosso "lugar ao sol" está por vir, pois, segundo esta lógica, munidos de qualificação profissional os cidadãos e a nação ingressarão no caminho do desenvolvimento. A educação profissional é então elegida como uma das políticas estratégicas para o alcance dos objetivos traçados para o país.

Distante do que mostram as notícias, nos deparamos com uma realidade que continua a perpetuar as desigualdades existentes entre burguesia e classe trabalhadora e que faz da educação um instrumento de reprodução do capital, que se mostra ainda mais cruel na educação profissional, modalidade que já foi criada para atender aos "desvalidos da sorte".

Diante disto, a seguir tentaremos demonstrar que a educação profissional no Brasil, a serviço do capital, está longe de cumprir sua função de despertar no ser humano uma consciência crítica e criativa. Ao contrário disto, se coloca como um instrumento difundidor

da ideologia dominante, garantindo a hegemonia burguesa nesta sociedade. Para isso, buscamos fundamentação na teoria social crítica e no conceito de ideologia de Marx, Engels e Gramsci, delimitamos o papel da educação na reprodução da ideologia e finalmente analisamos os moldes sobre os quais se desenha a educação profissional no Brasil.

1. A teoria social crítica e o conceito de ideologia

1.1 A teoria revolucionária de Marx e Engels

Atuando como redator da Gazeta Renana nos anos de 1842/43 na Alemanha, Marx foi chamado a se pronunciar pela primeira vez sobre questões econômicas. O contato com as ideias de Engels também foram importantes para as reflexões de Marx. Empreendeu estudos sobre a obra de Hegel, que o levou a constatação de que as relações políticas e o espírito humano não podem ser analisados a partir deles mesmos, que apenas através das relações materiais estabelecidas pelo modo de produção é que se pode explicar o desenvolvimento de uma sociedade. A partir da análise das relações de produção da sociedade, Marx estrutura sua pesquisa sobre a gênese, consolidação e crises da sociedade capitalista, num movimento de buscar nos processos históricos a compreensão da realidade social.

Sua teoria é, pois, alicerçada pela compreensão de que as relações de produção constituem a estrutura da sociedade, uma base material sobre a qual são constituídas as determinações jurídicas, políticas e espirituais. Sobre o fio condutor do legado marxiano, o autor afirma que:

> […] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1986, p.25).

Tal teoria se apresenta como revolucionária, pois ao constatar que a atual sociedade é fundada e se fortalece por meio da desigualdade social, Marx reconhece que da revolução

resultaria uma transformação social em que todos os seres humanos passariam a ter as mesmas condições de desfrutar a vida. É uma perspectiva que delimita claramente uma posição política contrária a todas as teorias sociais que subsidiam a continuidade da sociabilidade burguesa, tendo em vista que, ao se consolidar como classe dominante, a burguesia rompeu com a tradição progressista conduzida pela filosofia clássica quando buscava absorver o conhecimento verdadeiro, que outrora servira aos burgueses para derrotar os feudais. Como classe dominante e que pretende se manter no poder, o ideário burguês não reconhece as contradições existentes no modo de produção capitalista e sustenta suas formulações de que esta sociedade representa o único caminho possível para a humanidade através de uma leitura das aparências (COUTINHO, 2010).

E é com o estudo sobre a sociedade burguesa que Marx, além de desenvolver a sua teoria social, funda um método de análise do real. Neste método, o conhecimento teórico parte da aparência, ou seja, daquilo que se apresenta de forma empírica e imediata, para a apreensão da essência. A teoria resulta então deste movimento de reprodução no plano do pensamento do movimento real do objeto (NETTO, 2009). Tal objeto independe das vontades do sujeito, não é criado no pensamento e não tem que se adaptar a teorias. O concreto, a partir da compreensão de Marx, deve ser o ponto de partida para o conhecimento, inexistindo, portanto, passos metodológicos para o processo de conhecimento.

> [...] não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX; ENGELS, 2001, p.19)

O concreto real inicialmente configura-se como uma representação caótica do todo. Através de análises, do afastamento do real, o pesquisador chega a abstrações cada vez mais tênues até atingir determinações as mais simples (MARX, 2007). No caminho de volta, ele reencontra o real, desta vez não mais como ideia caótica do todo, mas como rica totalidade, síntese de múltiplas determinações e relações ou unidade de complexos. Para o pensador

> [...]o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2007, p.256).

O processo de análise da realidade social deve ser norteado pelas premissas básicas do método de Marx, que estabelecem que a realidade é um todo coerente em que cada elemento está relacionado aos demais, de que ela está em constante transformação, de que a existência de pólos antagônicos revelam contradições nela e que a prática social é o critério de verdade e a maneira de transformar o mundo(SORIANO, 2004).

Para a compreensão da vida do homem em sociedade, Marx apreendeu a categoria trabalho em sua essência, ao delimitá-la como o processo que parte da relação do homem com a natureza e funda o ser social. No processo de trabalho, o ser humano passa a desenvolver uma atividade guiada por uma finalidade planejada na consciência e isto é o que o diferencia dos outros animais.

No modo de produção capitalista, no entanto, o trabalho não é norteado pela capacidade teleológica do ser humano, pois para a maioria dos homens o trabalho passa a ser resultado de uma relação de emprego, onde o que é produzido parte de uma idealização externa e o trabalhador se vincula ao processo como mero executor da tarefa. É um processo de alienação e exploração, que retira do homem a liberdade do uso de sua capacidade criadora.

Com a propriedade privada dos recursos necessários à produção, as relações estabelecidas são fundadas na exploração de uma classe sobre a outra, tendo em vista que a classe burguesa, formada por poucas pessoas, detém os meios de produção, enquanto a classe trabalhadora, que agrega a maior parte da população, possui apenas a venda da sua força de trabalho como recurso para a garantia da continuidade da vida. É um sistema que se estrutura com uma lógica em que uma minoria se apropria de um capital excedente, o lucro, gerado na produção advindo da força de trabalho que não é paga à massa de trabalhadores, conceituada como mais-valia. Sendo assim, a lei geral da acumulação capitalista desvenda que este modo de produção promove de um lado a acumulação de capital e de outro reproduz continuadamente a pauperização, caracterizando-se como um sistema que tem uma natureza essencialmente contraditória.

O Estado é, para os autores, uma organização inscrita no âmbito das relações sociais, e por isso fruto destas, que foi criada com a falsa ideia de atendimento dos interesses da coletividade, mas tem, na verdade, o compromisso com a garantia da

propriedade privada e com os interesses da classe burguesa e ao se apresentar como defensor de demandas universais, despolitiza as lutas do operariado. O período histórico vivido por Marx e Engels os levaram a constatações de que o Estado, enquanto comitê executivo da classe burguesa, utiliza essencialmente a coerção institucionalizada para manter o domínio da classe dominante. Para a classe trabalhadora a dissolução deste sistema e do aparelho estatal se daria então através da revolução, que passaria por um período de transição sustentado por uma ditadura do proletariado para atingir a meta da construção de uma sociedade sem classes.

1.2 A ideologia para Marx e Engels

Sobre a ideologia, sabe-se que antes da teoria social crítica muitos pensadores já tratavam sobre a discussão, colocando-se sempre como um tema polêmico nas Ciências Humanas. Marx e Engels esboçam uma dura crítica à construção teórica desenvolvida pela filosofia alemã pós-hegeliana, que afirma a existência de uma centralidade da consciência na determinação do desenvolvimento histórico. Para esse grupo, os produtos do pensamento têm uma existência autônoma na realidade.

Ao compreenderem a sociedade burguesa estruturada a partir de relações de produção, que tendem a provocar o estranhamento do ser humano com o seu trabalho, Marx e Engels conceituam como superestrutura o aparato jurídico-político e ideológico da sociedade, determinados pela estrutura econômica vigente. Sendo assim, a ideologia é um recurso utilizado para mascarar as contradições desta sociedade, ou seja, que a opressão e exploração existentes no modo de produção capitalista são frutos deste sistema.

> A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanação direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc (MARX e ENGELS, 2001, p. 48).

Cabe ressaltar que o pensamento parte das relações de produção e é elaborado para sustentá-las, mas ao contrário do que muitos opositores do marxismo gostam de afirmar, que a teoria marxista é monocausalista resultante de um determinismo econômico, é a perspectiva de totalidade que norteia o processo de análise da teoria marxista, pois fica

claro também a delimitação de que o pensamento tem a capacidade de influenciar a base econômica. A ideologia é reproduzida, portanto, através de diferentes instrumentos, como as concepções religiosas, as teorias políticas, jurídicas e filosóficas de uma dada época e elas efetivamente intervêm na construção da realidade.

Como meio de sustentação de um modo de produção que beneficia apenas a uma parcela da sociedade, a classe dominante difunde um sistema de ideias e representações válidos somente para o pequeno grupo como pensamentos universais e que beneficiam a todos. Tal estratégia permite a continuidade do sistema e é tão eficaz que cotidianamente a classe trabalhadora reproduz as ideias como se também a representasse, reforçando as circunstâncias para a sua opressão. Sobre este aspecto, Marx e Engels (2001, p.50) afirmam que:

> [...] cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das idéias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos.

Dentre as funções traçadas para a ideologia no sistema capitalista, destacam-se a difusão das ideias de imutabilidade deste modo de produção e de naturalização da desigualdade. Os ideólogos do capital sustentam que as relações de produção capitalistas são naturais e, portanto, eternas, assim como desviam deste sistema a culpa pelas desigualdades existentes na sociedade.

Desmistifica-se a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual no sistema capitalista. Os teóricos em pauta problematizam que as relações de produção, com a alienação do trabalho, retiram do trabalhador a possibilidade de idealizar seu fim, ou seja, o produto do seu trabalho, ficando portanto a tarefa de reflexão restrita ao grupo de ideólogos, que, através das ciências e técnicas, são responsáveis por organizar o processo de produção, como também as falsas ideias que são propagadas pela sociedade.

De maneira geral, na sua vasta produção, Marx estabelece a ideologia como mais um meio de dominação de uma classe sobre a outra, através da difusão de ideias particulares como se fossem gerais, que têm por objetivo o velamento das contradições desta sociedade, tendo portanto uma concepção negativa de tal categoria.

1.3. A ideologia em Gramsci

Anterior ao debate sobre o tratamento do conceito de ideologia em Gramsci, faz-se necessário situar que o período histórico vivido por este autor, de 1891 a 1937, traz elementos que à época de Marx ainda não eram desenvolvidos no sistema capitalista. Novas determinações do modo de produção capitalista vêm a influenciar diretamente nas reflexões desenvolvidas por ele, tendo em vista que sua análise tem como premissa a realidade concreta, pois se estabelece a partir do método de Marx, significando um enriquecimento nas concepções deste ideário. Montaño e Duriguetto (2011, p.43) afirmam que:

> É com a percepção de uma intensa socialização da política – resultante da presença de organizações, tanto dos trabalhadores quanto do capital, no cenário do capitalismo desenvolvido, da conquista do sufrágio universal, do fascismo e do nazismo como movimentos de expressão da hegemonia política da burguesia – que Gramsci visualiza uma complexificação das relações de poder e de organização de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de sociedade civil.

O fortalecimento de organizações como partidos políticos, movimentos sociais, organizações profissionais, sistemas educacionais e culturais complexifica as superestruturas políticas e cria uma esfera onde as classes sociais podem defender seus interesses e difundir suas ideias. Há desta maneira uma expansão da política, que passa a exigir também a ampliação do Estado para a inclusão de novas funções. Sendo assim, ao Estado, que já possuía a função coercitiva como forma de manutenção do poder da classe dominante, é delegada a necessidade de exercer a função de consenso dos dominados. O Estado que Gramsci vivencia tem o dever de garantir que, além de ser dominante a classe burguesa seja também dirigente. Isto significa que tal classe deve imprimir a direção ideológica da sociedade e este é um elemento fundamental para a manutenção do poder através da aceitação das classes subalternas.

Enquanto a coerção é executada através de instituições militares e executivas, o consenso é estabelecido através dos aparelhos privados de hegemonia, que nos termos de Gramsci (2002), são os organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e têm uma certa autonomia perante o Estado. A coerção e o consenso se unificam através da supremacia, quando o grupo social agrega a dominação e a hegemonia.

Quando Gramsci desvenda novas determinações no Estado, percebe que as estratégias de revolução já não podem ser as mesmas. Segundo o pensador, nas sociedades

que se complexificaram através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia, a revolução deve ser iniciada no âmbito da sociedade civil, ou seja, deve-se buscar a conquista da hegemonia e do consenso antes da tomada do poder. Com a socialização da política e ampliação da atuação de organizações sociais é possível que uma classe dominada possa se tornar dirigente no plano ideológico, diferente do que pensavam Marx e Engels na conjuntura de Estado restrito. Sendo assim, a hegemonia, que é sustentada pela ideologia, tem uma centralidade na luta pela transformação social.

Para Gramsci, a ideologia é formada pelas concepções de mundo que estruturam o posicionamento coletivo das classes sociais, que podem instigar que o grupo lute para transformar ou conservar a sociedade. Desta maneira, o ideário marxista é classificado pelo autor como ideologia, tendo em vista que constitui-se como um conjunto de ideias que possibilitam à classe trabalhadora a tomada de consciência da exploração determinada pelo sistema capitalista. Castelo (2013, p.84) afirma que para o pensador italiano:

> […] a ideologia seria parte constitutiva de todos os processos de elaboração teórica e de formação da consciência de classes e grupos sociais, constituindo-se como uma realidade das superestruturas dos modos de produção, e não como uma fonte de erros ou um véu mistificador da realidade exterior ao ser humano.

A ideologia é para ele formada por uma rede de conceitos, que se estabelece em níveis de hierarquia, iniciando pelo senso comum e passando pela religião, linguagem, folclore, filosofia e chegando à concepção de mundo. Enquanto no senso comum predominam as ideias derivadas da aparência e, portanto, desagregadas, a filosofia é o conceito em que se reúne o conjunto de ideias sistematizado a partir dos critérios da ciência e com coerência. Sendo assim, o homem pode ter uma concepção do mundo norteada pelo senso comum e, por isso mesmo, derivada de ideias caóticas, podendo evoluir para a construção de uma compreensão crítica da realidade.

Sabe-se que os grupos dominante e dominado possuem arcabouços teóricos bem elaborados de sustentação de suas ideias. Ambas, ideologia da classe dominante e da classe subalterna, vivem se confrontando numa batalha de ideias, tentando imprimir à sociedade sua concepção de mundo. Neste processo, há uma grande massa de homens que têm uma concepção de mundo desagregada e acaba absorvendo elementos da ideologia dominante, provocando contradições entre o modo de agir e de pensar.

Por vezes no senso comum há ideias que expressam o real movimento da sociedade, noções estas que precisam ganhar coerência e a filosofia tem, para o autor, um caráter primordial na sistematização das mesmas a partir do rigor teórico, e, com isso, formar uma orientação teórica para o movimento revolucionário das massas. São os intelectuais orgânicos que têm o papel de agregar as ideias e dar a homogeneidade ideológica à concepção de mundo da classe revolucionária, que deve sempre ser resultado das mediações entre teoria e prática, filosofia e política, Para isso, o intelectual deve estar engajado nas lutas do proletariado.

A filosofia da práxis, conceito de Gramsci (2004), coloca-se como a superação das filosofias do senso comum e, a partir da atitude crítica e consciente, estabelece uma filosofia do combate, que pretende conduzir a massa a uma concepção de vida superior. Como resultado das contradições existentes na sociedade capitalista, esta filosofia se coloca como uma concepção de mundo que existe para combater tal sistema, delimitando-se, pois, como finita, que deve acabar assim que sejam extintas as desigualdades. A passagem do homem-massa para sujeito histórico revolucionário deveria se dar, para Gramsci, no partido político, que se colocaria como uma organização capaz de articular a consolidação da hegemonia proletária com a luta efetiva. Sobre a evolução da concepção de mundo dos homens, ele (2004, p. 116) afirma que:

> Por muitas vezes participa-se de uma concepção do mundo 'imposta' mecanicamente pelo ambiente exterior, por um dos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente. Ou é possível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação este trabalho do próprio cérebro.

Sendo assim, a teoria gramsciana afirma que a fragilidade de uma ideologia só pode ser comprovada na batalha das ideias. As determinações da sociedade devem ser analisadas a partir da base, como também a partir das superestruturas e que, sem limitar a luta de classes ao pensamento, as ideologias têm um lugar importante na manutenção ou transformação da realidade, pois o desenvolvimento da consciência crítica das classes subalternas é essencial para conduzir tal grupo à prática revolucionária. O sistema capitalista conta com diversos instrumentos de reprodução das ideologias, dentre eles está a educação.

2. O papel da educação na reprodução da ideologia

Para compreender o sentido da educação, é essencial que se pontue a sua importância na sociabilidade do homem e, ainda, que se demarque o caráter contraditório que ela adquire com a lógica do capital. Ela integra um campo de lutas pela hegemonia, onde concepções ideológicas antagônicas se enfrentam.

A educação se coloca como uma atividade diretamente vinculada ao trabalho, que se instaura para atender a necessidades de socialização humana e de acesso ao saber socialmente produzido, tendo, portanto, a função de mediadora entre o homem e o patrimônio sócio-histórico construído pela humanidade. Segundo Maceno (2011, p.41),

> [...] a educação surgiu como uma exigência do trabalho, na medida em que este necessita submeter o modo anárquico e instintivo da relação com o mundo, presente na esfera animal, por um modo social de relação. Neste sentido, desde o surgimento do primeiro ato de trabalho, há a necessidade de infundir nos homens formas de reagir com o mundo natural e social que sejam favoráveis à reprodução social matrizada por ele.

Para Frigotto (2010, p.34):

> A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano(condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico.

Nestas circunstâncias, ao relacionar o indivíduo com o saber produzido na sociedade, a educação deve estimular continuamente a capacidade crítica e criativa do ser humano, possibilitando que o mesmo crie autonomia para a vida, tenha liberdade para fortalecer o desempenho da sua capacidade teleológica e que possa contribuir efetivamente com o desenvolvimento da sociedade.

Ela surgiu para atender às necessidades de complexificação do ser social, pois utilizada como meio de transmissão do patrimônio acumulado pela humanidade, contribui para a sociabilidade do homem e age sobre as consciências, no sentido de produzir concepções de mundo, tendo em vista que os conhecimentos, as habilidades, as normas, as leis, os valores, os comportamentos e as crenças serão transmitidos através da educação. Ela age sobre todos os homens e se faz presente em qualquer forma de sociabilidade. Sobre a mediação do homem com a sociedade, Saviani (2003, p.13) coloca que:

> [...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo

> conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo.

Sob o ângulo da teoria marxista, a educação está localizada no âmbito da superestrutura, e mantém com o trabalho, que está na infraestrutura, uma estreita ligação e influência, tendo como ponto de vista a leitura de realidade a partir da totalidade, empreendida por Gramsci. Sabe-se, então, que ela não se desenvolve de maneira autônoma às determinações do modo de produção vigente na sociedade, estando condicionada à reprodução social da sociedade.

Conscientes desse papel estratégico que a educação desempenha na reprodução social, a classe dominante se utiliza dela como instrumento de legitimação do capital e de reprodução dos padrões hegemônicos da burguesia. Segundo Mészáros (2008, p.17), a "[...] educação significa o processo de 'interiorização' das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva".

O modo de produção que retira do homem o domínio sobre o seu trabalho, também subtrai da educação o potencial de torná-lo consciente. Passa a atuar de maneira eficiente como estratégia de manutenção e reprodução de uma sociedade desigual. O processo de educação alienante é detalhadamente construído para sustentar que o capitalismo é o único sistema viável e que atende a todas as classes existentes nesta sociedade. Neste sentido, ela tem o papel de estabelecer de maneira pacífica a conformação das classes subalternas para a convivência num sistema de sociedade desigual, sem que seja necessária o uso da coerção para a manutenção do poder.

Reconhece-se que a educação formal desempenha o papel de difusão do conhecimento construído pela humanidade, mas tal tarefa se dá com as deturpações necesárias à reprodução do capital. Além da função de adestramento das classes populares para o atendimento das demandas da produção capitalista, a educação proporciona a internalização dos valores burgueses através da legitimação dos padrões da classe dominante como universais. Para isso, os avanços empreendidos pelo proletariado, ao oferecerem risco à hegemonia vigente, são negados e apagados da história oficial.

Com isso, a força da ideologia dominante é tão grande que a grande maioria dos homens vive cotidianamente situações de privação e subalternidade sem se rebelar e

acreditando que esse é o curso natural da realidade social, enquanto uma pequena parcela desfruta da riqueza socialmente produzida. Sobre a função da educação na reprodução da sociedade capitalista, Mészáros (2008, p.44) coloca que:

> […] no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de 'internalização' pelos indivíduos [...], da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas 'adequadas' e as formas de conduta 'certas', mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Enquanto a *internalização* conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas).

Sendo assim, mesmo que ideias progressistas sejam implementadas no âmbito da educação formal no intuito de reformá-la, sabe-se que a serviço do capital ela sempre terá o caráter de sustentação ideológica do sistema atual, o que mina todas as possibilidades de desenvolvimento de formação de outra concepção de mundo, nos termos de Gramsci. Vale ressaltar que as estratégias reformistas, atuando em elementos que estão longe de atingir o cerne da questão servem, na verdade, para arrefecer a insatisfação da massa proletária, e não a correção dos erros do sistema a que se propõem. Para além da educação institucionalizada, a vida se coloca como constante processo de aprendizagem e outras organizações também se configuram como formadoras e que, ao difundir a ideologia da classe trabalhadora, podem romper com a reprodução da ideologia dominante.

Como já abordado anteriormente, Gramsci (2004) destaca que uma grande massa de homens é movida por uma concepção de mundo que não expressa a realidade de seu grupo social, que foi assimilada sem questionamento pelo fato de estar difundida no senso comum, mas que é possível uma apreensão do mundo através de uma leitura crítica e consciente do real. Para isso, o homem deve conhecer a história da humanidade, o modo de desenvolvimento da sociedade e saber que ele está em disputa com outras formas de análise do concreto. A escola, segundo ele, é uma das maiores organizações culturais da sociedade.

Reconhece-se então que, dado o seu caráter formativo e de possibilidade de desenvolvimento da consciência voltada para o fortalecimento de uma sociedade alicerçada na igualdade, a educação pode contribuir substantivamente para a reversão do processo de alienação e a conquista da emancipação humana, atuando como meio para se chegar a uma outra forma de sociabilidade. Sobre este assunto, Gramsci (2004, p.103) destaca que

> [...]a compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de "hegemonias" políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam.

Mészáros (2004) denomina o movimento de construção de alternativas à educação alienante do capital de 'contrainternalização', que tem o poder de contribuir largamente com a construção de outra sociedade. Para esta transformação, o processo educativo deve contemplar as dimensões políticas, educacionais e culturais.

Desta maneira, a concepção de escola unitária traz em seu bojo um projeto de formação dos trabalhadores para a superação da subalternidade. Norteado pelo trabalho como princípio educativo, Gramsci (2000) enfatiza que a partir da articulação dos saberes construídos da relação do homem com a natureza e evidenciando todas as dimensões da vida em sociedade, pode-se construir o conhecimento da realidade, elevando a consciência das massas cultural e politicamente. Dentro desta lógica, as polaridades, atualmente presentes na educação, de formação geral e específica, humanística e técnica, teórica e prática são superadas através da vivência da realidade concreta neste modelo de escola (FRIGOTTO, 2010).

Sendo assim, observa-se que a estrutura social abrangente, ou seja, o modo como a sociedade se produz e reproduz, está intimamente ligado à maneira de propor os modelos educacionais formais presentes na sociedade. Ao consolidar o modo de produção capitalista como a única alternativa viável à continuidade da sociedade, a educação formal auxilia, através da ideologia dominante, diretamente na difusão de padrões e normas vigentes na sociedade que indicam como os indivíduos devem agir em todos os espaços da vida social. As instituições formais de educação estão, portanto, voltadas ao atendimento dos interesses do capital.

Cabe destacar que as profundas transformações sociais ocorridas nas últimas décadas já foram responsáveis por alterações na direção política da educação, tendo em vista que muitas dessas mudanças se processaram no mundo do trabalho. A incorporação do progresso tecnológico e a reestruturação produtiva estabelecem novos métodos de otimizar o processo de produção e circulação, demandando um trabalhador que mobiliza diversos conhecimentos para atuar com diferentes máquinas, em equipe e participante dos

processos decisórios e a competitividade gerada pela necessidade de ingresso dos países na economia mundializada exigem um contingente de mão de obra especializada, conclamando a retomada da teoria do capital humano.

O conceito de capital humano evidencia a educação como elemento central para potencializar o desenvolvimento e a distribuição de renda numa nação. O investimento nesta política é, à luz deste conceito, elemento primordial para que um país tenha aumento na produtividade e supere o atraso econômico, de modo a evidenciar uma relação estreita entre educação e desenvolvimento.

Sendo assim, a burguesia passou a exigir do Estado, ainda no contexto neoliberal, uma maior qualificação para os trabalhadores, no sentido de adequação de seus negócios às inovações tecnológicas presentes no circuito mundial e decorrentes do processo de recomposição do capital. A teoria do capital humano, é, pois, difundida pelo conjunto de ideólogos do capital. Os organismos internacionais e regionais, técnicos do Estado brasileiro e as organizações do empresariado investiram fortemente na consolidação desta ideologia.

Conceitos como qualidade total, flexibilidade e polivalência permeiam uma lógica educacional que dotam o trabalhador de uma razoável formação geral, de responsabilidade e da capacidade de interação, mas que não perpassam pelo domínio intelectual e científico das técnicas empregadas no processo de produção pelo trabalhador e muito menos por uma formação que permita uma leitura da realidade social em que ele vive e um posicionamento político. A polivalência, portanto, "[...] não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho, mesmo tratando-se de equipamentos complexos (MACHADO, 1991, p.53)".

As transformações societárias do final do século XX, estratégias de retomada da supremacia burguesa, causaram profundos impactos na questão social. Desemprego estrutural e heterogeneização da classe trabalhadora gerados pela reestruturação do modelo produtivo, retração do poder sindical e dos movimentos de luta do trabalho contra o capital, diminuição dos direitos sociais e da atuação do Estado na oferta de políticas sociais são alguns dos resultados das mudanças que conduziram a processos cada vez maiores de opressão da classe trabalhadora do mundo e do Brasil.

O neodesenvolvimentismo se coloca na conjuntura atual como um movimento político de manutenção do poder das classes dominantes, ao propor intervenções estatais

voltadas para diminuir as tensões sociais provocadas pelos altos níveis de desigualdade causados no contexto neoliberal. Tal proposta pretende combinar crescimento econômico com desenvolvimento social. Trata-se, portanto, de uma releitura do ideário neoliberal, tendo em vista que o mercado continua desfrutando de sua liberdade e o Estado focaliza sua atenção apenas na diminuição da pobreza extrema. Dentre as políticas consideradas estratégicas, destaca-se a educação como instrumento de consolidação do projeto desenvolvimentista, pois, segundo os teóricos social-liberais, ao mesmo tempo em que oferta a oportunidade para a melhoria de vida dos cidadãos e diminuição das iniquidades sociais, estimula o desenvolvimento do país. Castelo (2012, p.60) afirma que:

> [...] O foco dos social-liberais no que diz respeito ao combate à pobreza e à desigualdades sociais não fica somente restrito ao debate sobre as políticas sociais compensatórias. A estrutura social que reproduz incessantemente a péssima distribuição de renda entre nossos cidadãos estaria alicerçada na distribuição desigual do ativo educação. Se a sociedade brasileira quiser políticas de combate à exclusão social, deveria lutar por um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da economia do conhecimento.

Apesar de evidenciar a necessidade de criação de alternativas ao processo de precarização da vida da classe trabalhadora causada pelas políticas neoliberais, as ideias apresentadas pelo grupo de ideólogos do capital não rompem com a lógica da tradição liberal de autonomia do mercado. Sendo assim, caracteriza-se como mais uma ação das classes dominantes de reforma de suas propostas, sem mudanças nas bases, para garantia de sua legitimidade e hegemonia.

Assim, o neodesenvolvimentismo reitera um cenário que já mostrava a necessidade de “democratização” da política de educação, como maneira de beneficiar a ordem burguesa, requerendo agora investimentos estatais para consolidar o projeto de aceleração do desenvolvimento brasileiro.

3. Educação profissional no Brasil

A educação profissional e tecnológica se coloca como um instrumento que potencializa as intenções capitalistas de reprodução do sistema, tendo em vista que já desempenha esse papel ao longo do tempo. No país, traz em sua trajetória histórica o atendimento às demandas das classes dominantes. Apresentou-se como uma modalidade de

formação de mão-de-obra para o mercado em busca da industrialização nacional, direcionada às classes populares, que buscavam a rápida inserção no mundo do trabalho. Sobre a educação do operariado e da burguesia, Frigotto (2007, p.37) resgata um pensamento do ano de 1908 de Desttut:

> Os homens de classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho dos seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e sobretudo o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas (...) Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muitas coisas para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro.(...) Esses são fatos que não dependem de qualquer vontade humana; decorrem necessariamente da própria natureza dos homens e da sociedade: ninguém está em condições de mudá-los. Portanto trata-se de dados invariáveis dos quais devemos partir.

A implementação dessa política com definição clara do público a ser atendido delimita uma dualidade existente na educação, a formação da intelectualidade para as classes dominantes e uma educação voltada para a produção de mão-de-obra qualificada e disciplinada destinada à classe trabalhadora. Entre diversas reformas da educação, suas legislações oscilavam entre a democratização da educação e a permanência da dualidade entre as modalidades profissional e superior. Para Ciavatta (2005, p.87)

> [...] no Brasil, o dualismo das classes sociais, a desigualdade no acesso a bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através dos séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas na metade do século XX o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais, e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos desamparados.

A educação profissional, criada em 1909 pelo então presidente Nilo Peçanha, é instituída no Brasil através de Escolas de Aprendizes Artífices, com o objetivo de prover aos “desvalidos da sorte, desfavorecidos da fortuna ou classes desprovidas” a possibilidade de inserção no mundo do trabalho, concomitante à necessidade de controle social dessa classe que aos olhos do Estado tinham hábitos e vícios prejudiciais ao desenvolvimento do país.

Entre os anos 1956 a 1961, a formação de profissionais esteve voltada para o atendimento das metas de desenvolvimento da indústria automobilística e de infra-estrutura; em 1971, o I Plano de Desenvolvimento Econômico direciona a implantação de cursos técnicos nas áreas de Transportes, Petroquímica e Comunicações; nos anos 1980 o

processo de globalização do capital traz o período de aplicação de tecnologia nas áreas de telecomunicações, microeletrônica e informática; na segunda metade de 1990 iniciam os debates sobre o atendimento de demandas locais e regionais (HADDAD, 2008).

Nota-se que durante seu período inicial a educação profissional foi direcionada para a contribuição da industrialização nacional pautada no modelo fordista. Contudo, a flexibilização dos processos de trabalho passa a exigir desta política mudanças em suas estratégias de atuação. A formação já não poderia mais nortear o trabalhador para a inserção no mercado de trabalho formal. Desemprego estrutural, informalidade, terceirização são características do chamado processo de acumulação flexível e impactam diretamente na política social de educação, que passa a estimular a competitividade e creditar no indivíduo toda a responsabilidade por sua empregabilidade (FRIGOTTO, 2008).

Nos últimos anos, ocorreu no Brasil uma expansão expressiva de uma política social no curto espaço de tempo. De acordo com os números da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), a rede federal de educação profissional e tecnológica que até 2002 se limitava a 140 campi e de 2002 até 2010 recebeu investimento de R$ 1 bilhão e 70 milhões para a criação de 214 novos campi no país. Com a expansão foram criadas 257 mil vagas. No Nordeste, foram investidos R$ 350 milhões e ofertadas 84 mil novas vagas.

No contexto de globalização, a expansão da educação profissional e tecnológica do país, pretende estimular, segundo o discurso estatal, através da oferta de educação em diferentes níveis e modalidades de ensino, a inserção do território em que se instala na competitiva economia mundial, com a intenção de romper com a lógica de mero produtor de mão-de-obra qualificada para o mercado e apostando na formação de sujeitos críticos capazes de intervir e transformar sua realidade local.

Desse modo, a política de educação profissional integra a estratégia do Estado, como forma de proporcionar a oportunidade de acesso das camadas populares à educação e de solução para reverter os índices de desigualdade, ao mesmo tempo em que atende às necessidades do mercado e de tentativa de desenvolvimento nacional através da inserção dos territórios no circuito da mundialização do capital, debate que ganha destaque no momento de consolidação da ideologia do social-liberalismo. Entretanto, é notório que

> a institucionalização de políticas e programas que objetivam dar condições econômicas e sociais de ampliação do acesso à escola, atuam como corretivos

> minorativos da distância entre a universalização formal, restrita, e as possibilidades individuais concretas de acesso ao saber escolar. Contudo, elas são incapazes de eliminá-las (MACENO, 2011, p.129).

A expansão da política de educação profissional difunde amplamente que o país vive na era em que todos os cidadãos têm oportunidade e, com força, essa ideologia ganha todos os espaços da vida social. No senso comum, reproduz-se a ideia de que na contemporaneidade todos têm chance de ascender socialmente, somente aqueles que não têm interesse é que não conseguem ter qualidade de vida.

A expansão da educação profissional configura-se como um modelo alternativo e mais eficiente às necessidades do capital de formação de capital humano quando comparado à educação superior, pois apesar de se comprometer com a produção de ciência e tecnologia, há pouco investimento nas políticas institucionais de desenvolvimento de pesquisa e inovação voltadas ao reconhecimento das potencialidades das localidades. Tais instituições partem então de uma lógica de política que garante uma formação mais rápida e menos dispendiosa à "universidade de pesquisa", voltada para a formação das classes populares, que vem sendo implementada na América Latina, nos últimos anos, a partir das orientações do Banco Mundial.

Tomando como base dados do MEC (2011), enquanto os investimentos são de cerca de R$ 7 milhões por unidade de educação profissional, para a implantação de um campus universitário é necessário um montante de R$ 14 milhões por campus universitário. Sobre esta questão, Otranto (2006, p.20) coloca que

> […] o documento do Banco Mundial de 1999, por sua vez, além de também destacar a necessidade de diversificação das instituições, defende que o sistema de educação superior dos países periféricos deve contar com poucas universidades de pesquisa, seguidas por universidades de formação profissional de quatro anos, institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos.

Tal política tem se colocado, pois, como uma proposta que se adequa ao nível de qualificação exigida pelo mercado, que requisita um trabalhador capaz de se integrar a diferentes situações e tarefas. Além disso, a educação profissional e tecnológica estimula, por meio da formação profissional e com um forte recurso ideológico, o desenvolvimento de habilidades voltadas ao empreendedorismo, destinando à classe trabalhadora a

continuidade de trajetórias de vidas precarizadas, tendo em vista que os trabalhos informais fogem completamente à regulamentação do Estado e das organizações sindicais.

Cabe ressaltar neste processo que, em meio aos discursos da necessidade de modernização e desenvolvimento, a sociedade brasileira conserva a nossa herança colonial em todos os espaços sociais, trazendo a marca de uma sociedade que mantém o patrimonialismo e o peso da escravidão, e isto impede que os ideais democráticos e de igualdade se instalem no país, de maneira que o novo e o velho se misturam nas relações de produção e reprodução desta sociedade, o que implica afirmar que mudanças conjunturais surgem sem romper com as determinações do passado, sendo esta a principal característica da nossa formação social(FERNANDES, 2005).

A conjuntura atual demonstra a reprodução de uma ideologia que coloca a política de educação como a solução para os problemas que são inerentes ao modo de produção capitalista e com um projeto que se materializa numa conjuntura em que se qualifica o trabalhador para um mundo sem postos de trabalho e que se pretende introduzir os territórios numa economia competitiva e restrita aos sistemas hegemônicos.

Ademais, tal ideário transfere para as classes populares, a responsabilidade pela elevação da qualidade de vida que, segundo a ideologia dominante, vai depender do esforço despendido durante a formação profissional, ofuscando o debate sobre a estrutura que alicerça as relações sociais desiguais desta sociedade, que são geradas pelo modo de apropriação da riqueza socialmente produzida no sistema capitalista.

Diferente do que dita tal ideologia e longe de demonstrar um retorno dos investimentos empreendidos, depara-se com uma realidade que não se distancia daquela que foi apresentada em tempos neoliberais, de mundialização do capital, de financeirização da economia, de flexibilização do trabalho e desmonte das lutas sociais, onde milhões de pessoas continuam a viver sob condições de pauperismo e de negação de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base a concepção de mundo construída por Marx e Engels e, posteriormente, enriquecida pelas análises de Gramsci sobre a realidade social, buscou-se nesta rápida passagem sobre o tema da educação profissional no Brasil demonstrar que tal

política tem se configurado historicamente como uma forte estratégia da classe burguesa de manutenção e reprodução da hegemonia dominante.

Ficou claro que a internalização de uma ideologia através do instrumento da educação mantém a grande massa conformada e corroborando, sem ao menos perceber, com o seu processo de opressão e subalternização ao adotar para si uma concepção de mundo que não representa a sua classe social.

Vale ressaltar que diante das transformações societárias ocorridas nos últimos anos e no cenário de consolidação da ideologia neodesenvolvimentista, a educação ganha ainda mais destaque, ao ser colocada como política estratégica para a diminuição dos índices de desigualdade existentes no país e, ainda, com o dever de integrar o país ao desenvolvimento tecnológico e promover a inserção nacional na competitiva economia de escala global. Dentro dessa lógica, justificou-se uma larga expansão da educação profissional num curto espaço de tempo.

No entanto, a educação profissional existe para atender as demandas do mercado de trabalho, monopolizado pela classe burguesa, que requisita uma mão de obra treinada e adestrada, desconhecendo a educação como um instrumento potencializador da consolidação da concepção de mundo da classe trabalhadora. Continua, então, com o intuito de conformar as massas para um projeto que traz como continuidade nossa herança histórica do poder concentrado nas mãos de poucos e explorado pelas forças internacionais. Enquanto isso, a classe trabalhadora sofre com as privações materiais e é cada vez mais levada a acreditar que é a única responsável pela situação de subalternidade que vive na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci.** Escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**; [posfácio de José Paulo Netto]. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** 3ª Edição. São Paulo, Cortez, 2008.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elisabete(org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere, volume 1; Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho, co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 2; Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Editora Globo, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas do final do século. 9ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

HADDAD, Fernando.**O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MACHADO, L. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez, 1989. [2.ed., 1991]

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e universalização no capitalismo.** São Paulo: Baraúna, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, Preço e Lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**; [introdução de Jacob Gorender e traduções de Edgard Malagodi et al. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**;[Introdução de Jacob Gorender e tradução de Luis Claudio de Castro e Costa]. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica de Serviço Social; v.5.

NETTO, José Paulo.Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS e ABPESS, 2009.

OTRANTO, C. R.“**Desvendando a Política de Educação Superior do Governo Lula”**. In:*Universidade e Sociedade*. Brasília: ANDES-SN, Ano XVI, nº 38, jun. 2006, p. 18-29.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. São Paulo: Ed. Autores associados, 2003.

SORIANO, Raúl Rojas;[tradução Ricardo Rosenbuch]. **Manual de pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 2004.